

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



01-02
2020



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

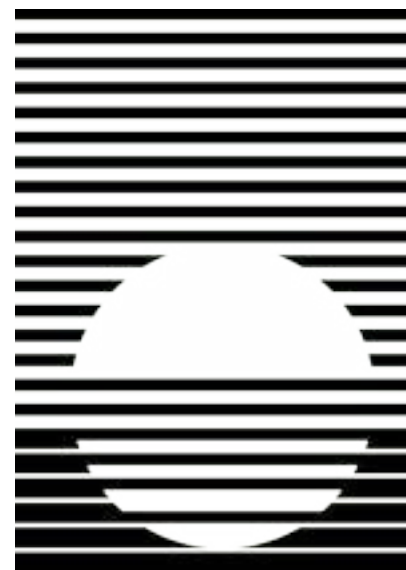
Editor Executivo: Ghaio Nicodemos Barbosa

Editor Adjunto: Gabriel Fragoso

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Vilareal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonildes Nazar, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Márcia Miranda Charneski, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo



SUMÁRIO

Página 04

Reforma institucional na Presidência da República favorece ala militar do governo
Governo brasileiro suspende a participação na CELAC e recebe apoio dos EUA para adesão à OCDE
Em visita oficial à Índia, Bolsonaro firma 15 acordos de cooperação

Página 05

Governo brasileiro ataca imigrantes e flerta com nacionalismo indiano em Nova Déli
Alberto Fernández abre ano legislativo argentino e anuncia projetos legislativos

Página 06

Agenda feminista no centro da política externa argentina
Parlamentares eleitos tomam posse no Uruguai
Tensões entre agências da ONU e os governos colombiano e paraguaio

Página 07

Estudo elaborado por pesquisadores do MIT afirma que não houve fraude nas eleições presidenciais bolivianas
Eleições legislativas mudam correlação de forças na política peruana

Página 08

Governo chileno anuncia reformas e inicia campanha para o plebiscito constitucional
Crise na Venezuela se aprofunda em ano de eleições

Página 09

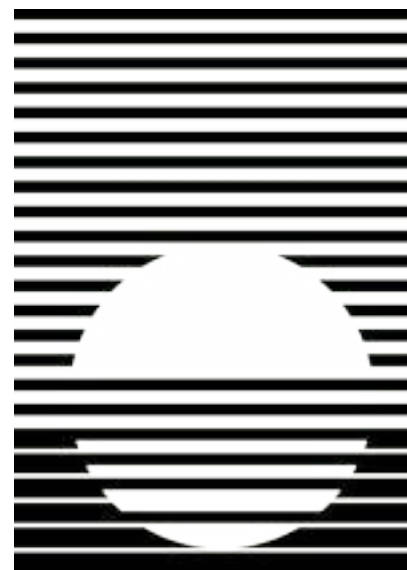
Juan Guaidó sai em turnê internacional
México declara buscar uma política externa de orientação feminista

Página 10

Visibilização da violência contra as mulheres no México
Caravanas de migrantes da América Central são recebidas com violência e fechamento de fronteiras

Página 11

Taiwan e Tibet protagonizam disputas nas relações entre China e EUA



China e EUA atenuam conflito comercial com assinatura de acordo preliminar
Temor ao COVID-19 impacta a economia chinesa e mundial

Página 12

Parada LGBT impedida por motivos políticos na Índia
Sob presidência da África do Sul, União Africana decide enviar tropas para o Sahel
Mudança em lei de refúgio sul africana nega direitos constitucionais à refugiados e solicitantes de asilo

Página 13

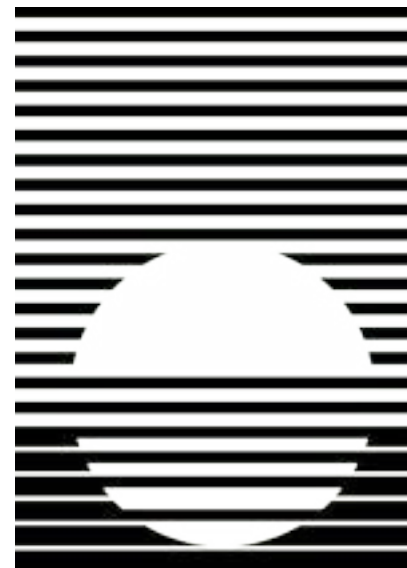
Assassinato brutal de ativista LGBT na África do Sul levanta onda de protestos nas redes sociais
Turquia envia tropas para Líbia e ameaça iniciar operação militar na Síria
Coronavírus se espalha pelo Hemisfério Sul, atinge comércio e provoca xenofobia

Página 14

Conflitos no campo resultaram em assassinatos de ativistas
Desigualdade econômica afeta a vida das mulheres nos ambientes público e privado

Página 15

Mulheres foram destaque em representação, ativismo e combate à violência de gênero



Reforma institucional na Presidência da República favorece ala militar do governo

No dia 13 de fevereiro, o presidente Jair Bolsonaro nomeou o almirante Flávio Augusto Viana Rocha para comandar a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SAE), dando-lhe maiores poderes dentro do governo. Através do decreto presidencial nº 10.244, assinado no mesmo dia, a SAE, outrora vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, passou a ser subordinada ao controle direto do presidente. Além disso, o decreto transfere para a SAE as competências da Assessoria Especial do Presidente da República, onde Felipe Martins atua como assessor para assuntos internacionais. Discípulo de Olavo de Carvalho, Martins é considerado um dos expoentes da ala ideológica do governo. Ainda segundo o decreto, a SAE terá como atribuições: i) assistir o presidente na realização de estudos e contatos que subsidiem a coordenação de ações com organizações estrangeiras, bem como na preparação de material de informação e de apoio, de encontros e audiências com autoridades e personalidades estrangeiras; ii) preparar a correspondência do presidente com autoridades e personalidades estrangeiras; iii) participar do planejamento, da preparação e da execução das viagens internacionais do Presidente da República; e iv) encaminhar e processar as proposições e os expedientes da área diplomática. A reforma ocorre em um momento em que os militares voltaram a desfrutar de maior influência no governo, sobretudo após a nomeação do general Walter Souza Braga Netto para a chefia da Casa Civil, no lugar do deputado federal Onyx Lorenzoni, que assumiu o Ministério da Cidadania. Em janeiro, a disputa no interior do governo em torno da política externa se acirrou depois que militares se opuseram ao apoio de Bolsonaro, secundado pela ala ideológica, às operações militares estadunidenses que culminaram na morte do general iraniano Qasem Suleimani, bem como ao plano de paz proposto por Donald Trump para o conflito palestino-israelense.

Fontes: [Estado de São Paulo](#), 03/01/2020; [Folha de São Paulo](#), 03/01/2019; [Estado de São Paulo](#), 29/01/2020; [Folha de São Paulo](#), 29/01/2020; [Diário Oficial da União](#), 14/02/2020; [G1](#), 14/02/2020; [Folha de São Paulo](#), 15/02/2020.

Governo brasileiro suspende a participação na CELAC e recebe apoio dos EUA para adesão à OCDE

Criada em 2010, a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) contava com a participação de 33 Estados da região. A instituição havia sido criada para fundir e consolidar os meca-

nismos de consulta estabelecidos pelo Grupo do Rio e os avanços da Cúpula da América Latina e Caribe (CALC). Em 15 de janeiro, o governo brasileiro anunciou a suspensão do país da organização, sob o argumento de que a CELAC não era mais uma instituição de Estados democráticos, ao ser composta por países como Cuba, Nicarágua e Venezuela. Segundo o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a CELAC “dava palco para regimes não democráticos”. O afastamento de instituições latino-americanas coincidiu com a sinalização do governo estadunidense do apoio para o ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgada em 14 de janeiro. De acordo com o Ministro Araújo, o ato indica a “parceria sólida” do Brasil com os EUA. A OCDE, criada em 1960, é conhecida como “clube de países ricos” e tem como objetivo a implementação de medidas de estabilidade financeira e de estímulo à economia global. Para aderir à OCDE, o Brasil precisou fazer concessões, a exemplo da abdicação do status de país em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC), o que garantia preferências tarifárias ao Brasil. A aprovação do governo de Trump, porém, foi apenas efetivada após alterações na conjuntura global. Em março de 2019, o presidente estadunidense declarou que apoiaria a entrada no Brasil na organização. Entretanto, em outubro do mesmo ano, documento enviado pelo Secretário de Estado, Mike Pompeo, contrariava a promessa e divulgava apoio à Argentina e à Romênia. O endosso à candidatura brasileira foi retomado devido à retirada da anuência à entrada da Argentina, após a vitória de Alberto Fernández nas últimas eleições.

Fontes: [BBC Brasil](#), 15/01; [O Globo](#), 15/01; [Istoé](#), 15/01; [Veja](#), 15/01; [Exame](#), 16/01.

Em visita oficial à Índia, Bolsonaro firma 15 acordos de cooperação

Entre 24 e 28 de janeiro, em sua primeira viagem oficial em 2020, Jair Bolsonaro foi convidado para participar das comemorações do Dia da República na Índia. Durante a visita de Estado foram assinados 15 acordos de cooperação e memorandos de entendimento em várias áreas, como energia, agricultura, ciência e tecnologia, facilitação de negócios e biocombustíveis. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, chegaram antes de Bolsonaro ao país asiático, a fim de costurar um projeto de parceria para transformar o etanol em uma commodity global. Bolsonaro também participou de uma série de reuniões com em-

presários e políticos indianos. Apesar da repercussão nacional ter sido positiva, legalmente, Memorandos de Entendimento (MoUs) não geram qualquer obrigação formal do ponto de vista do Direito Internacional. Distante dos holofotes, um grupo composto por dez grandes empresas brasileiras de armas, munição, equipamentos de vigilância, aviação e inteligência militar, acompanhou a visita oficial à Índia, o segundo maior comprador de armas do mundo. Ainda que fora da programação oficial do Itamaraty, a comitiva participou, junto à delegação brasileira, do seminário conjunto de indústrias de Defesa dos dois países, intitulado 1st Brazil-India Defence Industry Seminar. Na ocasião, foi assinado acordo para criação da joint venture da Taurus Armas com a Jindal Group, maior fabricante de aço da Índia, para a construção de uma fábrica em território indiano, com tecnologia brasileira. Por fim, vale destacar as semelhanças ideológicas entre os dois líderes, que venceram as respectivas eleições ancorados em discursos anticorrupção e em retórica nacionalista e anti-imigração, embalada por forte apelo religioso e messiânico.

Fontes: [Brasil de Fato](#), 23/01/2020; [Live Mente](#), 23/01/2020; [BBC Brasil](#), 25/01/2020; [Brasil de Fato](#), 25/01/2020; [Reuters](#), 25/01/2020; [Uol](#), 25/01/2020; [BBC Brasil](#), 28/01/2020.

Governo brasileiro ataca imigrantes e flerta com nacionalismo indiano em Nova Déli

Durante sua visita à Índia, ainda no mês de janeiro de 2020, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, concordou com a decisão do presidente estadunidense, Donald Trump, de expulsar brasileiros com documentação irregular presos na fronteira dos EUA com o México e criticou a atual Lei de Migração brasileira. O número de brasileiros detidos na fronteira deu um salto de 1.634 em 2018 para 18.000 em 2019, o que fez com que o governo estadunidense buscasse acelerar o processo de deportação. Diferente dos governos anteriores, que deixaram de aceitar o fretamento de aviões para esse fim desde 2006, Bolsonaro tem facilitado o fretamento e a deportação de brasileiros. Um total de seis voos fretados pelo governo dos EUA já aterrissou no aeroporto de Confins em Belo Horizonte. Segundo relatos dos brasileiros deportados, muitos tiveram roupas, bagagem e dinheiro extraviados pelos agentes de migração no período em que ficaram detidos, onde passaram fome, frio, abusos psicológicos e físicos. Quando questionado sobre a deportação de brasileiros

nos EUA, no dia 25 de janeiro, Bolsonaro defendeu que a deportação de não documentados é um direito do governo estadunidense e chamou a lei brasileira de migração de “uma vergonha” e que o imigrante “chega no Brasil com mais direitos do que nós”. A posição do presidente brasileiro o aproximou do primeiro ministro indiano, Narendra Modi, que tem sido alvo de críticas internacionalmente devido sua nova lei de cidadania, que dificulta o reconhecimento de cidadania da minoria mulçumana no país. A política nacionalista de Modi foi parabenizada pelo ministro de Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, quando afirmou que a Índia “está se modernizando sem abrir mão de suas tradições e valores” comentário que contemplou a fala de Modi de que “A parceria estratégica entre Índia e Brasil se baseia na nossa ideologia e nos valores comuns”. Essas declarações deixam um cenário de incertezas para a política migratória brasileira, tanto para emigrantes brasileiros, quanto para imigrantes no Brasil, principalmente após o reconhecimento de 21 mil refugiados venezuelanos em dezembro de 2019, e 17 mil em janeiro de 2020.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 13/01/2020; [BBC](#), 25/01/2020; [G1](#), 25/01/2020; [BBC](#), 27/01/2020; [Nações Unidas](#), 31/01/2020; [BBC](#), 09/02/2020; [G1](#), 19/02/2020; [G1](#), 02/03/2020.

Alberto Fernández abre ano legislativo argentino e anuncia projetos legislativos

No dia 01 de março, ocorreu a abertura do ano legislativo argentino em Buenos Aires. Na ocasião, o presidente Alberto Fernández usou seu discurso para apresentar os principais projetos que deve submeter ao legislativo em 2020. Dentre estes, cabe destacar alguns que devem mobilizar o debate público no país. O primeiro deles diz respeito à descriminalização do aborto, projeto de lei que deve ser encaminhado ainda em março. Fernández tornou esta pauta um compromisso desde que assumiu a presidência; no ano passado, o projeto chegou até o Senado, onde foi derrubado – a legislação argentina atual para o tema é de 1921. Como forma de acalmar, até certo ponto, os setores conservadores, a presidência ainda deve submeter um plano de assistência para os primeiros mil dias de vida de crianças em situação de vulnerabilidade social e econômica. Outro projeto importante é o de reforma da justiça federal. Levando a cabo denúncias de lawfare e de perseguição política, o mandatário argentino proporá mudanças na justiça federal do país, como a descentralização dos processos, o aumento do número

de magistrados e uma intervenção na Agência Federal de Inteligência, acusada de trocar dados com o judiciário. Setores da oposição e do judiciário têm criticado este projeto, argumentando se tratar de uma medida para proteger aliados de Fernández, especialmente sua vice-presidenta Cristina Kirchner, investigada em uma série de processos de corrupção. Sendo essas são todas pautas bastante polêmicas, o presidente deve buscar congregar os interesses da situação e da oposição com um projeto de lei sobre as Ilhas Malvinas, tratando da demarcação da plataforma continental argentina, do endurecimento da fiscalização sobre a pesca ilegal e da criação de uma Secretaria para as Malvinas no governo federal.

Fontes: [El País](#), 02/03/2020; [Infobae](#), 02/03/2020; [Infobae](#), 02/03/2020; [La Nación](#), 02/03/2020.

Agenda feminista no centro da política externa argentina

Na Argentina, 300 das 357 diplomatas mulheres do país decidiram se organizar e criar uma rede para reivindicar paridade de gênero. Segundo uma pesquisa, apenas 25% das mulheres diplomatas têm o cargo de embaixadora no ministério argentino. As diplomatas pedem para deixar de serem “invisíveis” na carreira, passarem a ser enviadas para postos nos grandes centros de poder e enfatizaram questões relacionadas à maternidade na petição que entregaram ao ministro de Relações Exteriores, Felipe Solá. Uma das reivindicações é que a licença maternidade passe a contar como tempo de serviço válido para promoções. Recentemente, o governo de Alberto Fernández restaurou a Diretoria da Mulher, área do Ministério de Relações Exteriores que havia sido fundida com outro departamento durante o governo Macri.

Fontes: [La Nación](#), 23/02/2020; [Infobae](#), 24/02/2020; [Minuto Neuquén](#), 25/02/2020.

Parlamentares eleitos tomam posse no Uruguai

Em 15 de fevereiro de 2020, ocorreu a posse dos parlamentares eleitos no pleito realizado em outubro de 2019. A formação do novo Parlamento representa uma nova correlação de forças na Câmara dos Deputados e no Senado. Após 15 anos comandando o país, a Frente Ampla – apesar de ser o partido que tem mais parlamentares – não terá a maioria parlamentar já que perdeu oito cadeiras na Câmara dos

Deputados, passando de 50 para 42, e duas cadeiras no Senado, caindo de 15 para 13. A coalizão liderada pelo presidente Luis Lacalle Pou terá maioria, já que é composta por cinco partidos (Partido Nacional, Partido Colorado, Cábildo Abierto, Partido Independente e Partido da Gente). Somados, os senadores e os deputados da coalizão totalizam, respectivamente, 17 e 56. Alguns nomes atraíram a atenção da imprensa uruguaia, sobretudo dois ex-presidentes que tomaram posse no Senado. Julio Maria Sanguinetti assumiu uma cadeira depois de 10 anos do último mandato, e José Mujica retornou após um ano e meio afastado. Mujica era senador na legislatura anterior e havia anunciado sua aposentadoria em 2018. Lucía Topolansky, ex-vice-presidenta na gestão do ex-presidente Tabaré Vázquez, foi reeleita e reassumiu seu posto como senadora. Juan Sartori, pré-candidato à Presidência da República pelo Partido Nacional, também tomou posse no Senado. A pré-candidatura de Sartori teve muita repercussão na mídia uruguaia por se tratar de alguém jovem e por ser considerado um “outsider”. Por fim, outro nome importante nas últimas eleições e que foi empossado no Senado foi Guido Manini Ríos, ex-comandante do Exército do Uruguai e candidato à Presidência pelo partido Cábildo Abierto.

Fontes: [El País](#), 15/02/2020; [El Observador](#), 15/02/2020; [El Observador](#), 15/02/2020.

Tensões entre agências da ONU e os governos colombiano e paraguaio

Na Colômbia, a divulgação de um informe sobre a situação dos defensores dos direitos humanos no país pelo Alto Comissariado para Direitos Humanos (ACNUDH) da ONU gerou tensão entre o governo e a organização no contexto de implementação do acordo de paz com as Farc. De acordo com o relatório, apresentado pelo relator Michel Forst, o país continua sendo aquele em que mais defensores de direitos humanos são assassinados na América Latina, em um cenário marcado por altos índices de impunidade. A primeira versão do relatório, apresentada pela alta comissária Michelle Bachelet, em 27 de fevereiro, já havia suscitado tensão entre as partes. A ONU alertou que as violações aos direitos humanos voltaram a aumentar no país, incluindo 36 massacres, e exprimiu preocupação com o uso do Exército para reprimir os protestos sociais, recomendando uma reforma no Esquadrão Móvel Antimotins (ESMAD). Segundo Bachelet, o ACNUDH identificou mais de 130 assassinatos de ativistas. A divulgação do documento gerou

duras críticas do governo colombiano, que não aprovou os dados apresentados e suas recomendações. O presidente Iván Duque lamentou o que chamou de desconhecimento dos avanços na implementação do processo de paz e argumentou que o relatório envolvia assuntos internos, sendo uma intromissão na soberania colombiana. A chanceler, Claudia Blum, destacou que algumas considerações do informe não refletem objetividade, mas opiniões políticas do relator. Por sua vez, o relator Forst, denunciou que foi impedido de retornar ao país para concluir seu trabalho. Políticos apoiadores de Duque saíram em defesa do governo, afirmando que o ACNUDH possui um viés político e ideológico, chegando a defender a expulsão do escritório do Alto Comissariado do país. Esta não é a única tensão do governo com a ONU, visto que também houve o cancelamento de um convênio de assessoria técnica com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) voltado para a substituição de cultivos ilícitos. Já no Paraguai, o chanceler Antonio Rivas, rejeitou as gestões feitas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no que tange à concessão de refúgio a três políticos paraguaios na Finlândia. Tais políticos, vinculados com a fundação da guerrilha Exército Paraguai do Povo (EPP), são associados ao sequestro de uma mulher em 2002 e estavam no Brasil desde 2003 até julho de 2019, quando o refúgio foi cancelado. Todavia, segundo o chanceler Rivas, as gestões do ACNUR permitiram aos políticos receber o refúgio na Finlândia, evitando a atuação da justiça paraguaia. O chanceler, em 24 de fevereiro, se reuniu com seu homólogo na Finlândia e com o Alto Comissariado para solicitar o cancelamento do refúgio e a volta dos políticos ao Paraguai. Além disso, disse que continuará denunciando o papel do ACNUR neste caso.

Fontes: [La Nación](#), 26/02/2020; [El Tiempo](#), 28/02/2020; [ABC Color](#), 01/03/2020; [El Tiempo](#), 04/03/2020; [El Tiempo](#), 04/03/2020; [O Globo](#), 05/03/2020; [Semana](#), 05/03/2020.

Estudo elaborado por pesquisadores do MIT afirma que não houve fraude nas eleições presidenciais bolivianas

Em fevereiro, as eleições presidenciais da Bolívia de 2019 e a conseguinte deposição do então presidente, Evo Morales, voltaram a estar no centro da agenda latino-americana. Um estudo realizado por Jack Williams e John Curiel, do MIT Election Data and Science Lab, projeto de pesquisa da Massachusetts Institute of Technology, concluiu que não há nenhuma evidência

estatística de fraude nas eleições de outubro de 2019. Entre novembro e dezembro, a Organização dos Estados Americanos (OEA) havia divulgado o resultado de uma auditoria vinculante que realizou no pleito presidencial boliviano. No informe inicial, divulgado em novembro, a OEA anunciou que a disputa eleitoral boliviana contava com indícios de fortes irregularidades; no informe final, publicado em dezembro, a organização concluiu que houve manipulação dolosa do pleito. Em contraposição, o estudo elaborado pelos pesquisadores do MIT afirma que as conclusões do informe da OEA eram “profundamente defeituosas”, já que as acusações da organização - assinaturas falsificadas, alterações de atas e a suspensão do Sistema de Transmissão de Resultados Preliminares (TREP) - não apontam para uma interferência deliberada no processo. Além disso, o estudo aponta que a diferença de 10 pontos percentuais entre Morales e o candidato na segunda colocação, Carlos Mesa, “provavelmente foi atingida” - percentual que garantiria a vitória de Evo Morales ainda no primeiro turno do pleito. Por isso, Williams e Curiel afirmam que não encontraram as anomalias indicadas pela OEA no pleito boliviano. A OEA, por sua vez, rechaçou o estudo e afirmou que este distorce deliberadamente sua auditoria, além de ignorar alguns dos resultados apontados e não se tratar de um estudo “honesto, baseado em fatos ou exaustivo”. Frente a esta situação, a chancelaria do México solicitou à OEA que esclarecesse as discrepâncias entre as análises, e Alberto Fernández, presidente argentino, afirmou que o estudo divulgado mostra como o processo de deposição de Evo Morales “violenta o Estado de direito”. A situação ocorre em meio a corrida eleitoral boliviana, já que o novo pleito presidencial está marcado para o início de maio.

Fontes: [La Razón](#), 27/02; [La Razón](#), 28/02; [La Razón](#), 28/02; [La Razón](#), 29/02; [El País](#), 01/03.

Eleições legislativas mudam correlação de forças na política peruana

Ocorridas no dia 26 de janeiro, as eleições legislativas no Peru para a composição de um novo Congresso Nacional - o anterior fora dissolvido constitucionalmente pelo presidente Martín Vizcarra, em setembro de 2019 - trouxeram mudanças importantes na correlação de forças na política peruana. O partido fujimorista Fuerza Popular, de oposição ao governo, e que antes detinha a maior bancada no Congresso, com 73 assentos (56,15% da representação parlamentar), passou a figurar, ao lado da Frente Popular Agrícola Fia del Perú (FREPA), como a terceira força partidária, com apenas 15 (11,54%) dos 130 deputados

eleitos. Ademais, partidos que há muito tempo não conseguiam eleger representantes voltaram a povoar a casa legislativa. Este é o caso da própria FREPAP. De perfil ideológico conservador e religioso, que combina elementos do cristianismo ortodoxo com a cultura messiânica inca, a legenda teve seus últimos representantes eleitos em 2000. Por outro lado, esta é a primeira vez em 50 anos que a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), partido tradicional na política peruana, não logrou eleger sequer um congressista para o mandato legislativo. Em que pese tenha sido o mais votado e venha a constituir a maior bancada no Congresso em 2020, sob a posse de 25 assentos, o partido Ação Popular (AP) obteve participação parlamentar relativamente baixa (19,23% do total), sobretudo se comparado com os resultados das eleições anteriores. Isso porque o grau de fragmentação do parlamento aumentou com o ingresso de mais partidos (9 no total) nesse ano. O partido Frente Amplio será o único de esquerda a integrar o novo Congresso. Já a legenda Solidaridad Nacional, que emula a pauta conservadora e populista da extrema direita de outros países, não angariou assento algum.

Fontes: [La República](#), 27/01/2020; [La República](#), 27/01/2020; [El Comercio](#), 27/01/2020; [El Comercio](#), 27/01/2020; [El Comercio](#), 28/01/2020; [La República](#), 17/02/2020.

Governo chileno anuncia reformas e inicia campanha para o plebiscito constitucional

Nos meses de janeiro e fevereiro, houve a continuidade dos protestos e greves no Chile, que já duram três meses. Em meio à convulsão social e política, o governo chileno anunciou e aprovou algumas reformas. A primeira reforma aprovada foi a tributária. Com reformulação do sistema tributário, espera-se um aumento na arrecadação anual de impostos em 2,2 bilhões de dólares. Com esta lei, que entrará em vigor em março, o presidente Piñera pretende financiar a agenda social que foi demandada pelos movimentos sociais, durante os massivos protestos ao longo dos últimos meses. A segunda reforma, que ainda é um projeto de lei, se refere ao sistema de aposentadorias. A proposta busca gerar um aumento de 6% de cotização adicional para as pensões dos aposentados. Essa iniciativa de reforma se soma à aprovada pelo Congresso chileno em dezembro do ano passado, na qual se estabeleceu um aumento de até 50% na renda dos idosos aposentados. Hoje, o regime privado de aposentadorias chileno entrega para a maioria dos clientes pensões inferiores ao valor do salário mínimo no país. Para além das reformas, em 26 de fevereiro de 2020, o Chile

iniciou a campanha para angariar votos para o plebiscito constitucional, que será realizado no dia 26 de abril. As máquinas de propaganda dos partidos políticos iniciaram nos dias seguintes as suas divulgações e campanhas. As primeiras estimativas, de acordo com um dos principais institutos de pesquisa chilenos, o Cadem, apontam que 67% da população seja a favor de uma nova constituição, contra 27%. O eleitorado, segundo a pesquisa, está mais dividido quanto à segunda questão que será colocada no plebiscito: se o órgão encarregado de redigir o novo texto deve ser uma assembleia formada apenas por cidadãos eleitos, ou também composta por deputados. Por fim, se o plebiscito for aprovado, a eleição dos constituintes será realizada em outubro, e a nova Constituição –que deve ser redigida no prazo máximo de um ano –, será ratificada em outro plebiscito, este com voto obrigatório. Vale notar ainda que o plebiscito de abril é comparável ao de 1988, quando foi decidido o fim da ditadura de Pinochet, no sentido de que marca uma ruptura com o sistema político anterior.

Fontes: [Brasil de Fato](#), 16/01/2020; [Estado de Minas](#), 29/01/2020; [eleconomistaamerica.cl](#), 20/02/2020; [El País](#), 25/02/2020; [El País Brasil](#), 25/02/2020.

Crise na Venezuela se aprofunda em ano de eleições

Em 5 de janeiro de 2020, foi realizada a eleição para a presidência da Assembleia Nacional (AN) na Venezuela. Com o prédio cercado de militares e policiais, Luis Parra (sem partido) foi eleito presidente. No entanto, uma parte dos parlamentares – incluindo o autoproclamado presidente Juan Guaidó - foi impedida de entrar no local. Ocorreu, então, uma votação paralela que reelegeru Guaidó para o cargo de presidente da AN. Os atos de violência ocorridos no dia 5 foram condenados pelo Grupo de Lima e pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, Luis Almagro. Guaidó foi novamente reconhecido como presidente legítimo da Venezuela pelos Estados Unidos, União Europeia, e países da região como Brasil e Colômbia. O governo de Nicolás Maduro e a Rússia, por sua vez, reconheceram a eleição de Parra. No dia 7 de janeiro, Parra tomou posse, enquanto Guaidó foi impedido de entrar no prédio da AN. Quando Parra saiu do local, Guaidó conseguiu entrar e também foi empossado – ainda que a luz do local tenha sido cortada. A Venezuela, portanto, possui atualmente três Assembleias Nacionais – a presidida por Guaidó, a presidida por Parra, e a Assembleia Nacional Constituinte, presidida por Diosdado Cabello. Durante o mês de janeiro, apoiadores de Guaidó denunciaram diversas vezes que foram impedidos de entrar na sede

da AN por um cerco feito por militares aliados de Maduro. Apesar dessa confusão institucional, os parlamentares deram prosseguimento, no mês de fevereiro, ao processo de formação de um novo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que organizará as eleições de 2020. Em novembro de 2019, 11 membros da AN haviam sido escolhidos para compor a Comissão Preliminar Eleitoral (CPE), responsável por eleger um novo CNE. Em 26 de fevereiro de 2020, foram anunciados os 10 membros da sociedade civil selecionados para compor a Comissão. Um dia depois, as Assembleias presididas por Parra e por Guaidó aprovaram, em locais distintos, o relatório da CPE. O impasse, no momento, é perante qual presidente esses membros da sociedade civil irão fazer seu juramento.

Fonte: [El País](#), 05/01/2020; [Estado de São Paulo](#), 06/01/2020; [Nexo Jornal](#), 06/01/2020; [El País](#), 07/01/2020; [El Nacional](#), 07/01/2020; [Folha de São Paulo](#), 15/01/2020; [El Nacional](#), 26/02/2020; [El Nacional](#), 27/02/2020; [El Nacional](#), 03/03/2020.

Juan Guaidó sai em turnê internacional

Após a conturbada eleição para presidência da Assembleia Nacional da Venezuela, o autoproclamado presidente, Juan Guaidó, realizou uma turnê internacional entre os dias 20 de janeiro e 11 de fevereiro de 2020. Seu objetivo foi denunciar para a comunidade internacional as ações da “ditadura venezuelana” e angariar apoio. Mesmo sem permissão de deixar o país, no dia 20 de janeiro Guaidó foi a Colômbia participar da III Cúpula Hemisférica contra o Terrorismo. Lá, se reuniu com o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo. No dia 21, Guaidó foi a Inglaterra e se reuniu com o primeiro ministro Boris Johnson. No dia 22, foi recebido em Bruxelas pelo Alto Representante da União Europeia para Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, Josep Borrell. No dia 23, discursou no Fórum Econômico de Davos, na Suíça. No dia 24, foi a Paris e se reuniu com o presidente francês Emmanuel Macron. No dia 25, Guaidó recebeu a chave de ouro da cidade de Madri, na Espanha. No dia 27, foi ao Canadá e se reuniu com o ministro das relações exteriores, François-Philippe Champagne. Já no dia 5 de fevereiro, Guaidó se reuniu com o presidente estadunidense, Donald Trump, concluindo sua turnê. Interessante notar que dois dias depois, no dia 7 de fevereiro, Nicolás Maduro recebeu, em Caracas, o ministro das relações exteriores da Rússia, Serguei Lavrov. No dia 11 de fevereiro, Guaidó retornou a Venezuela. Sua chegada no aeroporto foi marcada por

agressões de militantes chavistas e seu tio, Juan José Márquez, que o acompanhava na viagem, foi detido sob acusação de transportar ilegalmente armas e munições. Questionado sobre o porquê de Guaidó não ter sido preso quando regressou, Maduro afirmou que esse dia chegará quando o Ministério Público emitir a ordem de prisão. O primeiro resultado da turnê de Guaidó foi a imposição, no dia 18 de fevereiro, pelos EUA, de sanções a uma subsidiária da empresa petrolífera russa Rosneft, que atua na Venezuela. Enquanto Guaidó comemorou, os governos de Maduro e da Rússia condenaram a ação. A Petróleos de Venezuela (PDVSA) declarou que continuará negociando com a subsidiária russa. Mesmo assim, Maduro declarou, no dia 19 de fevereiro, emergência energética, criando uma comissão para defesa do setor petrolífero.

Fontes: [Estado de São Paulo](#), 20/01/2020; [El Mundo](#), 22/01/2020; [Folha de São Paulo](#), 23/01/2020; [El Nacional](#), 24/01/2020; [CBC](#), 27/01/2020; [AP News](#), 06/02/2020; [Sputnik News](#), 07/02/2020; [Infobae](#), 14/02/2020; [O Globo](#), 18/02/2020; [El Nacional](#), 19/02/2020.

México declara buscar uma política externa de orientação feminista

No dia 09 de janeiro, a Secretaria de Relações Exteriores do México anunciou que vai buscar adotar uma política externa de orientação feminista. Em 2014, a Suécia foi o primeiro país a anunciar tal posicionamento, seguido de outros países como o Canadá, a Austrália e a Noruega, muito embora ainda reste dúvidas quanto ao reflexo dessas declarações para além da dimensão normativa. Segundo o Centre for Feminist Foreign Policy, a política externa de orientação feminista propõe um pensar alternativo e interseccional da segurança a partir do ponto de vista dos mais marginalizados, e busca elevar a agência das mulheres nas relações internacionais. Não obstante, o México é o primeiro país do Sul Geopolítico a buscar tal viés político, o que confronta o argumento defendido por Lyric Thompson, diretora do Centro Internacional de Pesquisas sobre Mulheres, de que o feminismo como guia de política internacional só era possível para países ricos, embora exista uma potencial contradição entre ser um país do Norte e ter uma política externa que parta da percepção dos marginalizados. Contudo, alguns setores da sociedade mexicana se mostraram reticentes e levantaram questionamentos sobre situações

precárias que as mulheres mexicanas enfrentam em termos sociais, culturais e econômicos. Para a diretora da Subsecretaria para Assuntos Multilaterais e Direitos Humanos, Martha Delgado Peralta, a busca de uma política externa feminista pode ter um efeito de transbordamento nas políticas públicas domésticas.

Fontes: [Diario de México](#), 09/01/2020; [Excelsior](#), 09/01/2020; [Expok](#), 13/01/2020; [Foreign Policy](#), 14/01/2020; [Devex](#), 15/01/2020; [La Jornada](#), 16/01/2020; [El Economista](#), 20/01/2020.

Visibilização da violência contra as mulheres no México

Em janeiro de 2020, o governo de López Obrador anunciou que passará a implementar uma Política Externa Feminista com objetivo de diluir a desigualdade de gênero e adotar a transversalidade dos direitos humanos nas ações do Estado. Contudo, a situação das mexicanas no âmbito doméstico se mostra incoerente com a nova postura internacional adotada pelo governo. No mês de fevereiro dois casos de violência de gênero tiveram repercussão na mídia mexicana. O primeiro foi de uma mulher de 25 anos, assassinada pelo então namorado que confessou o crime em um vídeo divulgado por autoridades mexicanas. O assassinato em si não foi a única violência vivida por esta mulher: funcionários do Instituto Forense vazaram fotos do corpo da jovem, que foram amplamente divulgadas por tabloides mexicanos causando a indignação de centenas de mulheres que foram às ruas protestar, no dia 14 de fevereiro. O outro caso de destaque foi o assassinato de uma menina de 07 anos, na Cidade do México. No México, em média, 10 mulheres são assassinadas por dia. Em 24 de fevereiro, estudantes do Departamento de Ciências Políticas e Sociais da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) realizaram atos e mobilizações contra o aumento da violência de gênero no país, que registrou 3825 casos feminicídio em 2019, incluindo ataques dentro da própria universidade. Mas, apesar destes números, o posicionamento de López Obrador não tem se mostrado satisfatório. Ativistas feministas, representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU) informam que o governo não estabelece canais de diálogo para o desenvolvimento de estratégias que busquem prevenir e erradicar este tipo de crime contra as mulheres. Por seu turno, AMLO e representantes do governo argumentam que a violência de gênero no país é anterior a seu mandato, e que trabalham continuamente

para modificar a realidade das meninas e mulheres no Estado mexicano. Sobre os casos noticiados, a prefeita da Cidade do México, Claudia Sheinbaum, twitou que não ficarão impunes

Fontes: [O Sul](#), 14/02/2020; [El Heraldo](#), 17/02/2020; [El País](#), 18/01/2020.

Caravanas de migrantes da América Central são recebidas com violência e fechamento de fronteiras

Desde junho de 2019 os EUA impedem o ingresso das caravanas migrantes provenientes dos países da América Central. Os efeitos dos acordos migratórios realizados entre os EUA, El Salvador, Guatemala, Honduras e México são observados tanto no comportamento da polícia em Honduras e na Guatemala, quanto no fechamento de fronteiras no México. A primeira caravana de 2020 partiu com 3.500 mil pessoas entre os dias 14 e 15 de janeiro de Honduras, tendo o México fechado a fronteira com a Guatemala, informado a deportação de 2.300 mil hondurenhos, sendo 1.574 mil menores de idade. Apesar da política de tolerância zero por parte do presidente dos EUA, Donald Trump, no dia 30 de janeiro de 2020 partiu a segunda parte da caravana de Honduras composta por 200 pessoas, algumas deportadas recentemente, com os dizeres: “buscamos refúgio porque nos matam em Honduras”. O ministro das Relações Exteriores do México, Marcelo Ebrard, declarou que “o México não é um país de trânsito” e alertou que as autoridades não tolerarão a presença de migrantes da América Central, enquanto que o presidente López Obrador reforçou a disponibilidade de empregos na fronteira sul. Desde o acordo, forças da Guardia Nacional estão sendo utilizadas pelo México, que vem tratando a questão sob o viés da segurança. No dia 20 de janeiro essas forças tentaram impedir a entrada do grupo pela fronteira da Guatemala, fazendo uso de gás lacrimogênio e alertando aos migrantes que só possuíam a opção de voltar para a Guatemala ou de serem presos. Enquanto isso, no dia 28 de fevereiro a justiça dos EUA barrou o programa do presidente estadunidense que devolvia imigrantes ao México. Os solicitantes de asilo eram obrigados a aguardarem no México por audiências nos tribunais de imigração dos EUA, o que ocasionou a devolução de 59 mil solicitantes de refúgio, sendo que, apenas 130 pessoas tiveram suas solicitações aceitas. Segundo o relatório da

Human Rights, pelo menos mil pessoas devolvidas pelo programa foram atacadas ou ameaçadas no México. Os juízes afirmaram que a política deve ser “invalidada na sua totalidade” por estar em conflito com o “propósito das leis de imigração dos EUA”. O governo estadunidense deve recorrer da decisão.

Fontes: [El País](#), 08/06/2019; [El País](#), 17/01/2020; [G1](#), 18/01/2020; [El País](#), 19/01/2020; [G1](#), 20/01/2020; [France 24](#), 31/01/2020; [TeleSur](#), 31/01/2020; [O Globo](#), 28/02/2020.

Taiwan e Tibet protagonizam disputas nas relações entre China e EUA

Em janeiro de 2020, frente a crise causada pela epidemia de coronavírus e a discrepância entre os dados relativos a doença fornecida pelo governo local taiwanês e o governo nacional chinês, Taiwan figurou como pivô de disputa diplomática da China frente a Organização Mundial da Saúde (OMS). A organização internacional incluiu Taiwan como membro, algo censurado pela chancelaria chinesa, que apontou que a inclusão do governo subnacional violava o princípio de “Uma China, dois modelos” e que este princípio não impediria que especialistas e técnicos da ilha viessem a colaborar com a OMS. Ainda em janeiro, o governo chinês condenou a apresentação de projeto de lei no congresso estadunidense, referente aos direitos humanos e cidadania no Tibet. Esta é a terceira legislação do tipo relacionada a regiões da China apresentada nos últimos doze meses, sendo as outras referentes a Xinjiang e Hong Kong. Em fevereiro, Taiwan figurou novamente em manifestações de desprezo do Ministério de Relações Exteriores chinês, desta vez devido a visita de Willian Lai Ching-te, vice-presidente eleito de Taiwan, aos EUA. O político chinês, que defende a independência política de Taiwan, se reuniu com representantes do Congresso estadunidense no National Prayer Breakfast, evento religioso que congrega lideranças políticas estadunidenses e globais. Willian Lai, no entanto, não logrou êxito em seus principais objetivos: se reunir com o presidente Donald Trump, que apenas trocou telefonema com o político; e incluir Taiwan na Aliança Pela Liberdade Religiosa. Os porta-vozes chineses Ma Xiaoguang e Hua Chunying classificaram a visita como uma violação à unidade nacional.

Fontes: [Xinhua](#), 23/01/2020; [Financial Times](#), 03/02/2020; [South China Morning Post](#), 03/02/2020; [Xinhua](#), 06/02/2020; [Xinhua](#), 07/02/2020; [Xinhua](#), 08/02/2020; [CNN](#), 17/02/2020.

China e EUA atenuam conflito comercial com assinatura de acordo preliminar

No dia 15 de janeiro de 2020, China e Estados Unidos assinaram formalmente a primeira fase de um acordo econômico e comercial, atenuando o embate político e econômico entre os dois países. O documento foi firmado em uma cerimônia na Casa Branca, onde as partes foram representadas pelo vice primeiro-ministro Liu He e pelo presidente Donald Trump. A potência asiática comprometeu-se a aumentar suas importações provenientes dos EUA em pelo menos 200 bilhões de dólares em relação aos níveis de 2017 nos próximos dois anos, incluindo produtos nos setores agrícola, manufatureiro, energético e de serviços. Também houve avanços nas negociações sobre propriedade intelectual, uma vez que a China concordou em facilitar a tomada de ações legais contra roubo de segredos industriais e comerciais por parte de empresas estrangeiras. Por sua vez, os EUA concordaram em reduzir algumas das novas tarifas impostas aos produtos chineses. Todavia, assuntos relativos a tarifas alfandegárias não foram objeto de acordo, o que preserva poder de barganha para ambos os países em futuras negociações. Pressões domésticas incentivaram ambos os lados a firmar esta primeira fase do acordo. Enquanto a China comemora o alívio tarifário sobre suas exportações por conta da desaceleração econômica do país, Trump busca garantir uma fatia maior do mercado chinês para os produtores agrícolas estadunidenses, núcleo de sua base eleitoral, visando a eleição presidencial em novembro.

Fontes: [BBC](#), 15/01/2020; [CNN](#), 15/01/2020; [Xinhua](#), 15/01/2020; [The Diplomat](#), 16/01/2020.

Temor ao COVID-19 impacta a economia chinesa e mundial

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2020, o mundo se deparou com o novo vírus COVID-19. O novo agente do coronavírus foi descoberto no dia 31 de dezembro de 2019, na cidade chinesa de Wuhan. Desde então já foram mais de 70 mil pessoas infectadas no mundo, em sua maioria em território chinês, onde 78.630 casos foram confirmados, segundo a Organização Mundial da Saúde. No entanto, de acordo com a Universidade Johns Hopkins, a quantidade de pessoas infectadas pelo novo vírus cresceu proporcionalmente mais rápido em outras partes do mundo do que na China continental, embora esta seja a

maior afetada em termos absolutos. A iminência de uma potencial pandemia, acarretou cancelamento de voos, fechamento de fábricas e paralisação de serviços na China, impactando a economia real e, consequentemente, aumentando o temor quanto a uma possível recessão global. Países exportadores de commodities, que representam a maior parte de países da África, América Latina e Oriente Médio, foram os primeiros a sofrer os impactos da crise. De modo a combater a retração econômica, Xi Jinping admitiu que o país precisa adotar ações para manter a cadeia industrial do país e encorajar as empresas a retomarem a produção. O vice primeiro-ministro chinês, Hu Chunhua, também reforçou o apelo de Xi Jinping, designando às autoridades comerciais o esforço de garantir a estabilização do comércio exterior, dos investimentos e o suprimento de necessidades diárias para manter o bom funcionamento do mercado.

Fontes: [O Globo](#), 15/02/2020; [Al Jazeera](#), 24/02/2020; [The Guardian](#), 26/02/2020; [Exame](#), 28/02/2020; [Xinhua](#), 28/02/2020.

Parada LGBT impedida por motivos políticos na Índia

A Parada do Orgulho LGBT+ de Mumbai, Índia, foi barrada de acontecer por razões políticas. O evento estava programado para 01 de fevereiro, contudo, no dia 29 de janeiro os organizadores foram informados de que a polícia revogou a autorização. O motivo seria que as autoridades indianas suspeitavam que os participantes do evento fossem manifestar contra o governo e a Lei de Alteração a Cidadania (CAA, sigla em inglês). Esta legislação aprovada em dezembro de 2019 é considerada arbitrária e discriminatória no cumprimento de seu objetivo que é conceder cidadania indiana por razões religiosas, visto que este direito não se estende a mulçumanos. A Lei está também vinculada a introdução de um Registro Nacional de Cidadãos (NRC), que o governo indiano pretende implementar até 2021. Em entrevista dada ao Mirror Online, os organizadores do evento argumentaram que as leis do NRC e do CAA afetam também a população LGBT+ do país, e, portanto, o assunto deveria ser discutido na parada de 01 de fevereiro, que acontece anualmente desde 2008. A polícia, por seu turno, informou ao jornal Mumbai Mirror que era preferível que a parada LGBT não ocorresse, visto que as possíveis represálias “poderiam manchar e arruinar a principal razão para a realização da parada.”

Fonte: [Al Jazeera](#), 03/01/2020; [Hindustan Time](#), 04/01/2020; [Mumbai Mirror](#), 29/01/2020; [Mumbai Mirror](#), 01/02/2020.

Sob presidência da África do Sul, União Africana decide enviar tropas para o Sahel

Nos dias 09 e 10 de fevereiro foi realizada a 33ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Africana, que ocorreu na capital da Etiópia, Adis Abeba. Na sessão de abertura, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, elencou três desafios urgentes no continente africano: o combate à pobreza, a promoção da paz e o combate às mudanças climáticas. A presidência da União Africana foi assumida pela África do Sul até 2021, substituindo o Egito. O evento teve como tema principal “Silenciar as armas: Criar condições favoráveis ao desenvolvimento em África”, uma vez que a meta estabelecida em 2013 de cessar todas as guerras no continente até 2020 não foi cumprida. Com isso, com apoio de países vizinhos (em especial do Mali) foi tomada a decisão de enviar tropas da União Africana para a região de Sahel, no total de 3 mil pessoas para combater grupos jihadistas, bem como narcotraficantes. Para além da agenda de segurança, foi dado destaque para questões sócio-econômicas, em especial a avaliação dos progressos da agenda de desenvolvimento (Agenda 2063) e a operacionalização da Zona de Livre Comércio da África, criada em 2019.

Fonte: [DW](#), 09/02/2020; [RFI](#), 09/02/2020; [DIRCO](#), 10/02/2020; [Jornal de Angola](#), 11/02/2020; [BBC](#), 13/02/2020; [Al Jazeera](#), 27/02/2020; [News24](#), 27/02/2020.

Mudança em lei de refúgio sul africana nega direitos constitucionais à refugiados e solicitantes de asilo

No dia 1o de janeiro de 2020, a África do Sul aprovou uma emenda à sua legislação de refúgio, permitindo a retirada de asilo de refugiados que se envolvam em atividades políticas relacionadas com seus países de origem, podendo levar a deportação do refugiado ou solicitante de asilo. Essas “atividades” incluem protestos, eventos, votar e se candidatar. A lei também permite que o ministro de Assuntos Domésticos peça a imediata detenção e deportação de refugiados e solicitantes de asilo que possam

representar uma ameaça à segurança nacional. Caso uma ordem de extradição desse tipo seja decretada, o indivíduo tem um total de 48 horas para entrar com um pedido de revisão judicial, o que seria uma tarefa hercúlea se não fosse impossível, considerando que para um advogado ter uma reunião com um cliente detido no centro de repatriação de Lindela, um dos principais no país, é necessária uma notificação ao centro com 48 horas de antecedência. A nova lei foi anunciada pelo atual ministro de Assuntos Domésticos, Aaron Motsoaledi, apenas dois dias úteis antes dela entrar em vigor. A medida é considerada ilegal e pode ser contestada em tribunal por limitar as liberdades de manifestação e expressão asseguradas pela constituição sul africana. Segundo Ngqabutho Mabhena, líder da comunidade zimbabuana na África do Sul, não ocorreram audiências públicas sobre essa mudança. O ministro foi duramente criticado, sendo questionado se proibir a liberdade de expressão política não seria uma posição hipócrita do partido governista Congresso Nacional Africano (ANC), devido sua história de exílio e combate ao apartheid em nações africanas. Com os ataques xenófobos de 2019 e o retrocesso de seus direitos pelo governo sul africano, muitos refugiados estão considerando sair da África do Sul para um terceiro país.

Fonte: [SowetanLive](#), 04/01/2020; [DW](#), 08/01/2020; [ANGOP](#), 14/01/2020, [New York Post](#), 14/01/2020; [Daily Maverick](#), 03/02/2020.

Assassinato brutal de ativista LGBT na África do Sul levanta onda de protestos nas redes sociais

No mês de fevereiro, Lindokuhle Cele, ativista LGBT e músico, foi brutalmente assassinado enquanto dirigia-se a um açougue. O suspeito pelo crime, Mvuyisi Mabhuthi Mogudu, foi preso e levado a Corte no dia 10 de fevereiro, em uma audiência que pedia soltura sob fiança. Naquela ocasião não demonstrou nenhum sinal de remorso ou arrependimento. A família de Cele, juntamente com ativistas LGBTs sul africanos, realizaram um ato político em seu funeral e pediram por justiça. A morte de Lindokuhle fomentou uma onda de protestos nas redes sociais, principalmente o Twitter, onde a hashtag #Justice4Lindo foi levantada por pessoas que pediam ao sistema de justiça do país negasse a fiança a Mogudu. Também foi produzido um minidocumentário, que leva o mesmo nome do mote dos protestos via internet, para falar da vida de Cele e do seu ativismo e arte.

Fonte: [Dayle News](#), 10/02/2020; [Mercury News](#), 10/02/2020; [Sunday Tribune](#), 16/02/2020.

Turquia envia tropas para Líbia e ameaça iniciar operação militar na Síria

No início de janeiro, o marechal líbio Khalifa Haftar recusou o cessar-fogo sugerido por Ancara e por Moscou. Haftar manteve operações militares contra o Governo do Acordo Nacional (GNA, na sigla em inglês), o qual é reconhecido pela ONU e apoiado pelo presidente turco, Recep Tayyip Erdogan. Este apoio foi reforçado com a assinatura de diversos acordos entre a Líbia e a Turquia e com o envio, por parte do governo turco, de dezenas de militares para o país aliado, os quais se limitam a um papel de treinamento e consultoria. Na linha de frente, ficam soldados os sírios, atraídos pelo pagamento mensal de US\$ 2.000 e pela promessa do recebimento da nacionalidade turca. A atuação de Erdogan está diretamente ligada à proteção de investimentos privados turcos no país, com destaque para o setor da construção civil, além do reforço de seus pleitos sobre campos de gás no Mediterrâneo Oriental. Na Síria, Idlib é o único território controlado pela oposição. Nas últimas semanas de fevereiro, as forças pró-governo sírio realizaram 200 ataques aéreos nessa província, onde habitam cerca de 4 milhões de civis. Esses ataques causaram o deslocamento forçado de 700 mil pessoas em direção à fronteira com a Turquia. Em resposta, Ancara, que até então nunca havia realizado intervenções militares oficiais na Síria que tivessem como alvo direto Assad e seus grupos aliados, ameaça iniciar uma operação militar no local. Temendo por uma nova onda de refugiados, o ministro da Defesa Nacional turco, Hulusi Akaraso, alertou sobre essa possibilidade, caso a ofensiva do governo sírio continue e caso o regime Assad não se retire das fronteiras estabelecidas pelo acordo de Sochi, firmado em 2019 entre a Turquia e a Rússia.

Fonte: [O Globo](#), 02/01/2020; [DW](#), 10/01/2020; [The Guardian](#), 15/01/2020; [Ahval](#), 20/01/2010; [The Guardian](#), 31/01/2020; [AA](#), 03/02/2020; [Al Jazeera](#), 21/02/2020; TRT, 21/02/2020.

Coronavírus se espalha pelo Hemisfério Sul, atinge comércio e provoca xenofobia

Os primeiros meses de 2020 foram marcados pela multiplicação de casos do mais novo coronavírus – grupo ao qual pertence o vírus SARS-CoV-2, responsável pela gripe COVID-19. Após seu

surgimento na China, no final de 2019, em poucos meses o vírus já havia se espalhado por outros países da Ásia, pela Europa e pelos Estados Unidos. Mais recentemente, novos casos têm surgido em países do hemisfério sul: no Brasil, já passa de uma dezena o número de casos confirmados. Após a primeira ocorrência da gripe na América Latina ter ocorrido em solo brasileiro, até agora já foram confirmados casos da doença em outros cinco países da região – treze casos no Equador, oito na Argentina, dois no Chile, um no Peru e um no México. A propagação do vírus tem provocado efeitos nas mais variadas searas das relações internacionais, desde a contenção nos fluxos de comércio mundial até quedas nas bolsas de valores dos países atingidos. Um dos efeitos positivos do recente surto nas relações internacionais tem sido a cooperação na área da saúde. A China, epicentro da epidemia, tem somado esforços com nações como a Rússia e a Alemanha, além de organismos internacionais, como a própria Organização Mundial da Saúde (OMS). Os BRICS, por sua vez, emitiram uma declaração pública de apoio à China na luta contra o vírus. Apesar das ações coletivas de cooperação, como a decisão da UE por não proibir a entrada de passageiros chineses nos países que compõem o bloco, outro efeito provocado pela epidemia tem sido a proliferação dos casos de xenofobia e de racismo pelo mundo. No Brasil, uma mulher de descendência japonesa denunciou ter sido vítima de xenofobia enquanto caminhava em São Paulo. Em Roma, na Itália, foi reportado que um grupo de jovens chineses foi hostilizado enquanto atravessava a rua. Diversos outros casos de xenofobia foram denunciados em países como a França, Reino Unido, Canadá e até em países asiáticos, como a Coreia do Sul e a Malásia.

Fonte: [Xinhua](#), 12/02/2020; [Xinhua](#), 15/02/2020; [G1](#), 01/03/2020; [Ministério da Saúde](#), 05/03/2020; [El Mercurio](#), 05/03/2020; [La Nación](#), 05/03/2020; [Clarín](#), 06/03/2020; [El Comercio](#), 06/03/2020; [El País](#), 06/03/2020; [Televisa](#), 06/03/2020.

Conflitos no campo resultaram em assassinatos de ativistas

A organização Frontline Defenders, em seu relatório divulgado em janeiro de 2020, constatou que o Brasil ocupa a quarta posição dos países mais violentos para quem atua junto à sociedade civil com direitos humanos, tendo em vista que pelo menos 23 ativistas brasileiros foram assassinados em 2019 - perdendo apenas para Colômbia, Filipinas e Honduras. Conforme o citado documento, questões relacionadas

ao meio ambiente e aos direitos das pessoas indígenas continuam como os mais perigosos de atuação de defesa dos direitos humanos, especialmente em razão da exploração econômica dos recursos naturais, além da corrupção sistêmica. No total, foram 304 ativistas assassinados em 2019. Destaca-se, também, que os conflitos ambientais foram responsáveis por 40% dos assassinatos computados no relatório. As expectativas para 2020 são temerosas. Segundo o último relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ANUDH) na Colômbia foram mortos 108 defensores de direitos humanos e ativistas em 2019, desses 75% dos assassinatos se deram em zonas rurais. Somente no mês de janeiro, pelo menos cinco pessoas foram mortas em razão de conflitos de terra no Brasil, envolvendo especialmente indígenas e quilombolas. O número de lideranças indígenas mortas em conflitos no campo, por exemplo, foi o maior em pelo menos 11 anos, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Não é suficiente olhar para os números de mortos e não especificar, por exemplo as causas que estruturam esses conflitos, que surgem da distribuição desigual de terras para plantar, para colher e para morar. No caso brasileiro há como agravante o fato de que o presidente Jair Bolsonaro apoia projetos que reduzem as proteções aos indígenas e ao meio ambiente, com medidas que travam a demarcação das terras que ajudam na expansão e manutenção do poderio dos latifundiários no país, o que tende em resultar no aumento de mortes de ativistas indígenas e trabalhadores sem-terra nas regiões em disputa.

Fonte: [Brasil de Fato](#), 14/01/2020; [Carta Capital](#), 14/01/2020; [Observatório do Terceiro Setor](#), 16/01/2020; [El País](#), 04/02/2020; [El Colombiano](#), 28/02/2020.

Desigualdade econômica afeta a vida das mulheres nos ambientes público e privado

Na Argentina, o governo de Alberto Fernández anunciou, em 09 de janeiro, a criação da Secretaria de Economia e Gênero que ficará a cargo da economista Mercedes D'Alessandro. Assumindo um discurso incisivo, Mercedes declarou serem as mulheres, pessoas transgêneros e travestis os grupos que detêm as piores condições de emprego e renda. À frente da Secretaria, D'Alessandro propôs o mapeamento das condições de vulnerabilidade econômica destes grupos e a criação de políticas econômicas inclusivas. Neste cenário de desigualdade econômica, a Organização das Nações Unidas reforçou durante a 14ª Conferência Regional sobre Mulheres na América Latina realizada

em 28 de janeiro, a necessidade de fomento à políticas de igualdade de gênero e autonomia das mulheres, enfatizando que a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho ainda é de 50%, quando a dos homens chega a 74,4% na região. O evento, apoiado também pela CEPAL, incentivou o desenvolvimento da autonomia das mulheres em três dimensões: física, econômica e tomada de decisão – apontando também iniciativas para o combate da violência de gênero. Porém, não é somente no mercado de trabalho formal onde a desigualdade é percebida. Também recai sobre as mulheres a carga do cuidado doméstico, percebido como trabalho não remunerado. Segundo informe publicado pela ONG Oxfam Intermón em 20 de janeiro, o valor econômico do “trabalho de cuidados” das mulheres de 15 anos ou mais chega à casa dos 10,8 bilhões de dólares em todo o mundo, dado que revela a sobrecarga e as duplas jornadas de trabalho.

Fonte: [Revista Fórum](#), 09/01/2020; [El Diario](#), 20/01/2020; [ONU Brasil](#), 31/01/2020.

Mulheres foram destaque em representação, ativismo e combate à violência de gênero

Na Grécia, os parlamentares elegeram a juíza Ekaterini Sakellaropoulou como chefe de Estado. Sendo a primeira presidente do país, Sakellaropoulou recebeu apoio (controverso) das alas conservadora e progressista, sendo reconhecida por seu trabalho em defesa dos refugiados, das liberdades civis e do direito ambiental. Já na Índia, o protagonismo das mulheres foi reforçado por protestos contra a violência policial contra estudantes em 27 de janeiro. As mobilizações, que começaram no distrito de Shaheen Bagh com participação expressiva de mulheres muçulmanas, foram motivadas pela aprovação da Lei da Cidadania, considerada discriminatória, em dezembro do ano passado pelo governo de Narendra Modi. Tão logo, os protestos – que também contaram com mulheres jovens do movimento estudantil - se estenderam por todo país, encontrando resistência no próprio governo que reforçou posicionamentos machistas e represálias contra a participação feminina nos atos. De encontro ao ativismo político e participação na vida pública, porém, estão os casos de violência machista no ambiente privado. No dia 2, foi divulgado que 2019 foi o primeiro ano em que nenhuma mulher foi assassinada por seu companheiro ou ex-companheiro no País Basco. Desde que a violência de gênero começou a ser contabilizada na comunidade, no ano de 2002, 42 mulheres foram assassinadas. Na Espanha, o número de mulheres assassinadas desde 2003 chega a 1033,

enquanto mais de meio milhão de mulheres foram registradas como vítimas de violência de gênero. Como forma de estimular o combate a violência de gênero, o Ministério da Cultura, Gênero, Entretenimento e Esporte da Jamaica organizou, em 15 de janeiro, o Workshop Américas do Programa Voz e Liderança das Mulheres (WVL). A ministra Olívia Grange discursou no evento, organizado pelo Alto Comissariado do Canadá na Jamaica e pelo Global Affairs, apontando a importância de toda sociedade jamaicana atuar para o combate a este tipo de violência.

Fonte: [Serviço de Informação da Jamaica](#), 15/01/2020; [El Correo](#), 21/01/2020; [O Sul](#), 22/01/2020; [El País](#), 27/01/2020.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

